



6450983



08004.000557/2018-50



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

PROJETO BÁSICO

1. OBJETO

1.1. Contratação de evento de capacitação para servidores do Ministério da Justiça na temática específica "A Jurisprudência do TCU em Temas Polêmicos em Contratos de Obras Públicas: Do Planejamento à Execução" oferecido pela Capacity Treinamento e Aperfeiçoamento Ltda, CNPJ nº. 18.133.018/0001-27, a ser realizado nos dias 18 e 19 de junho de 2018, na cidade de Brasília-DF.

DESCRIÇÃO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	VALOR
A Jurisprudência do TCU em Temas Polêmicos em Contratos de Obras Públicas: Do Planejamento à Execução	3	16h	R\$ 7.995,00

2. DO OBJETIVO GERAL

2.1. Capacitar o servidor do Ministério da Justiça na interpretação e aplicação, à luz da jurisprudência do TCU, nos mecanismos relacionados as melhores práticas dos processos e metodologias que norteiam a elaboração de estudos preliminares, anteprojetos, projetos básicos e executivos, bem como os procedimentos de fiscalização e controle nos contratos de obras públicas, de forma a possibilitar maior eficiência no apoio a gestão de obras e serviços de engenharia.

3. DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS

3.1. Treinar os gestores de obras públicas quanto às melhores práticas da fase de planejamento, com ênfase nas etapas de projetos de estudos preliminares, anteprojeto, projeto básico e projeto executivo;

3.2. Definir o processo de contratação pública em suas fases, etapas e atos, com ênfase nas etapas de projetos de estudos preliminares, anteprojeto, projeto básico e projeto executivo;

3.3. Conhecer os sistemas de referências de custos e o impacto nos orçamentos de obras e serviços de engenharia;

3.4. Definir com clareza a composição do BDI conforme Acórdão 2.622/13/TCU, e respectivo impacto nos orçamentos de obras públicas; - Explicitar as responsabilidades dos gestores públicos quanto aos recebimentos das etapas de projeto básico e executivo;

3.5. Agregar os fundamentos e normatizações quanto à regulamentação do exercício da profissão de engenheiro e arquiteto pelos sistemas CONFEA/CAU;

3.6. Contribuir para melhor formação do gestor de obras públicas, não somente engenheiros e arquitetos, mas todos aqueles que estão de alguma forma envolvidos na gestão de projetos relativos às obras públicas; - Permitir o conhecimento de algumas ferramentas e metodologias para se evitar o sobre preço e o superfaturamento de obras;

- 3.7. Detalhar as questões mais relevantes quanto à elaboração de medições e aditamentos contratuais;
- 3.8. Permitir o conhecimento de metodologias para se evitar o jogo de planilha e jogo de cronograma;
- 3.9. Contribuir para o aperfeiçoamento quanto aos métodos utilizados no controle de obras, tais como: pagamentos antecipados, reajustamentos, repactuações e recomposições;
- 3.10. Detalhar as novidades trazidas pelo STF e TST relativas às responsabilidades subsidiária e solidária do gestor do contrato quanto aos recolhimentos trabalhistas e previdenciários;
- 3.11. Detalhar as determinações do TCU no que tange à fiscalização, controle e execução de contratos para elaboração de projetos e de obras públicas.

4. DA JUSTIFICATIVA

4.1. A Portaria do Ministro da Justiça nº 1.222, de 21 de dezembro de 2017, que aprova o regimento interno da Secretaria Executiva, estabelece que é competência da Coordenação de Desenvolvimento Humano-Organizacional, dentre outras, propor, acompanhar e subsidiar a elaboração de ações de desenvolvimento humano-organizacional do Ministério.

4.2. O desenvolvimento humano é parte essencial do processo de implementação da política organizacional nas instituições, pois trata, em essência, de intensificar habilidades e competências pessoais dos membros da organização, contribuindo para a valorização e desenvolvimentos dos servidores deste ministério.

4.3. É importante acrescentar que o desenvolvimento organizacional e o desenvolvimento humano se confundem em vários níveis, pois as organizações, em algumas correntes acadêmicas, são vistas como orgânicas e sistêmicas tal qual as pessoas que as compõem. Dentre outros fatores, o desenvolvimento organizacional é fortemente influenciado por elementos culturais, comportamentais, pelo clima e a maneira com que a instituição é percebida.

4.4. A capacitação de servidores públicos federais está prevista no Decreto nº 5.707/2006 e na Portaria/MP nº 208/2006 que instituem e regulamentam a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal e contribui diretamente para o desenvolvimento de competências institucionais por meio do desenvolvimento de competências individuais. Além disso, há, também, uma tendência jurisprudencial, advinda dos órgãos de controle, de reconhecer a necessidade de capacitação dos agentes públicos para garantir que o servidor conte com os pressupostos profissionais e técnicos necessários para bem desempenhar a função para a qual foi designado. Neste contexto, citamos:

Acórdão nº 3.707/2015 – TCU – 1ª Câmara 1.7.1 Recomendar ao omissis, com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, que: 1.7.1.1 promova a capacitação continuada dos agentes responsáveis pela elaboração de procedimentos licitatórios e adote, formalmente, medidas administrativas que coibam a restrição à competitividade na elaboração de procedimentos licitatórios;

Acórdão nº 1.709/2013 – TCU – Plenário Acórdão (...) 9.1.3. institua **política de capacitação para os profissionais do (omissis), de forma regulamentada**, com o objetivo de estimular o aprimoramento de seus recursos humanos, **especialmente aqueles correlacionados com as áreas de licitações e contratos**, planejamento e execução orçamentária, **acompanhamento e fiscalização contratual** e outras áreas da esfera administrativa, de modo a subsidiar melhorias no desenvolvimento de atividades nas áreas de suprimentos/compras, licitações/contratos e recebimento e atesto de serviços.” (Grifamos.)

4.5. O curso **A Jurisprudência do TCU em Temas Polêmicos em Contratos de Obras Públicas: Do Planejamento à Execução** capacita o servidor para a correta formalização dos processos administrativos que versam sobre contratações obras e serviços de engenharia, proporcionando eficiência e segurança à Administração.

4.6. A inexigibilidade de licitação com fundamento no inciso II do artigo 25 da Lei nº 8.666/93 tem como pressupostos a comprovação da "natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização".

4.7. Sobre o conceito de singularidade, assim dispõe o Acórdão 7580/2013:

8. Verifico, entretanto, que o requisito da singularidade de que trata o inciso II do art. 25 da Lei 8.666/1993 não se confunde com a ideia de unicidade. Ou seja, o fato de haver mais de uma empresa atuando em determinado segmento do mercado não é incompatível com a ideia de singularidade do objeto a ser contratado.

9. Até porque, caso o conceito de singularidade significasse um único sujeito possível de ser contratado, estar-se-ia diante de inviabilidade de competição subsumível diretamente ao *caput* do art. 25 da Lei 8.666/1993. Não teriam, pois, qualquer aplicabilidade as disposições do inciso II desse artigo, que exigem o atributo da singularidade para as contratações diretas de serviços especializados com profissionais e empresas de notória especialização.

10. A respeito, cito as seguintes ponderações constantes do voto condutor do Acórdão 1074/2013-Plenário:

Primeiramente, porque o conceito de singularidade não está vinculado à ideia de unicidade. Para fins de subsunção ao art. 25, inciso II, da Lei 8.666/93, entendo não existir um serviço que possa ser prestado apenas e exclusivamente por uma única pessoa. A existência de um único sujeito em condições de ser contratado conduziria à inviabilidade de competição em relação a qualquer serviço e não apenas em relação àqueles considerados técnicos profissionais especializados, o que tornaria letra morta o dispositivo legal.

Em segundo lugar, porque singularidade, a meu ver, significa complexidade e especificidade. Dessa forma, a natureza singular não deve ser compreendida como ausência de pluralidade de sujeitos em condições de executar o objeto, mas sim como uma situação diferenciada e sofisticada a exigir acentuado nível de segurança e cuidado. (grifei)

11. Sob esse aspecto, entendo assistir razão ao recorrente quando afirma que a existência de outras empresas no ramo não afasta, por si, só a possibilidade de contratação direta. Nessa linha, cito, ainda, o seguinte posicionamento do Supremo Tribunal Federal em que se explicitou o requisito da “confiança” como um dos elementos justificadores da contratação direta de serviços especializados:

"Serviços técnicos profissionais especializados" são serviços que a Administração deve contratar sem licitação, escolhendo o contratado de acordo, em última instância, com o grau de confiança que ela própria, Administração, deposite na especialização desse contratado. Nesses casos, o requisito da confiança da Administração em quem deseja contratar é subjetivo. Daí que a realização de procedimento licitatório para a contratação de tais serviços - procedimento regido, entre outros, pelo princípio do julgamento objetivo - é incompatível com a atribuição de exercício de subjetividade que o direito positivo confere à Administração para a escolha do "trabalho essencial e indiscutivelmente mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato" (cf. o § 1º do art. 25 da Lei 8.666/93). O que a norma extraída do texto legal exige é a notória especialização, associada ao elemento subjetivo confiança. Há, no caso concreto, requisitos suficientes para o seu enquadramento em situação na qual não incide o dever de licitar, ou seja, de inexigibilidade de licitação: os profissionais contratados possuem notória especialização, comprovada nos autos, além de desfrutarem da confiança da Administração. Ação Penal que se julga improcedente. (AP 348, Relator(a): Min. EROS GRAU, Tribunal Pleno, julgado em 15/12/2006, DJe-072 DIVULG 02-08-2007 PUBLIC 03-08-2007 DJ 03-08-2007 PP-00030 EMENT VOL-02283-01 PP-00058 LEXSTF v. 29, n. 344, 2007, p. 305-322) (grifei)

12. Ponderáveis, ainda, as lições de Marçal Justen Filho (*in* Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos – 14ª ed. p. 380):

A inviabilidade de competição também se verificará nos casos em que houver impossibilidade de seleção entre as diversas alternativas segundo um critério objetivo ou quando o critério da vantajosidade for incompatível com a natureza da necessidade a ser atendida. (grifei)

4.8. Ainda sobre o tema, leciona Luiz Cláudio de Azevedo Chaves:

4.9. Enfim, a caracterização da singularidade do objeto dependerá exclusivamente do exame de seu núcleo, isto é, daquele elemento central que materializa a própria execução. Se este se mostrar especial, será considerado singular. (...)

Chamamos de núcleo do objeto do serviço a parcela da execução que lhe dá identidade, que materializa a execução. A obrigação principal, que em qualquer serviço é um fazer. (...)

Nos serviços de treinamento, a apresentação, objetivos gerais e específicos, público alvo, metodologia e o conteúdo programático constituem características técnicas do objeto, mas definitivamente não é seu núcleo. O objeto do serviço de treinamento só se materializa com a **aula** (o fazer). É por meio desta ação que o professor/instrutor, fazendo uso da metodologia diadático-pedagógica, utilizando os recursos instrucionais e aplicando o conteúdo programático, realiza o objeto. Portanto, o núcleo do serviço é a própria aula. Ora, se é a aula, não se pode, em regra, considerar que seja um serviço usual ou executado de forma padronizada; não se pode admitir que, quem quer que seja o executor (o professor), desde que aplicando os recursos acima, obtenha os mesmos resultados. Afinal, como é próprio do humano, as pessoas são diferentes entre si. (...)

4.10. Quer dizer, as aulas sempre serão diferentes, seja na condução, seja no conteúdo, seja na forma de exposição. Não há como negar que cada aula (cada serviço) é, em si, singular, inusitado, peculiar. Nesse diapasão, vale transcrever excerto do Acórdão 439/1998-Plenário, que será melhor abordado mais adiante, citando lição de Ivan Barbosa Rigolin, em artigo publicado ainda sob a vigência do Decreto-Lei 2.300/86:

“O mestre Ivan Barbosa Rigolin, ao discorrer sobre o enquadramento legal de natureza singular [empregado](#) pela legislação ao treinamento e aperfeiçoamento de pessoal (...) defendia que: ‘A metodologia empregada, o sistema pedagógico, o material e os recursos didáticos, os diferentes instrutores, o enfoque das matérias, a preocupação ideológica, assim como todas as demais questões fundamentais, relacionadas com a prestação final do serviço e com os seus resultados - que são o que afinal importa obter -, nada disso pode ser predeterminado ou adrede escolhido pela Administração contratante. Aí reside a marca inconfundível do autor dos serviços de natureza singular, que não executa projeto prévio e conhecido de todos mas desenvolve técnica apenas sua, que pode inclusive variar a cada novo trabalho, aperfeiçoando-se continuamente.’ (Treinamento de Pessoal - Natureza da Contratação in Boletim de [Direito Administrativo](#) - Março de 1993, págs. 176/79)

Diante do acima exposto, é correto afirmar que, sempre que o núcleo do serviço de treinamento for a **aula** (o fazer) significará que a atuação do professor será determinante para o alcance dos resultados pretendidos, apontando a natureza singular do serviço.

CHAVES, Luiz Claudio de Azevedo. [Licitação para cursos de treinamento de pessoal](#). **Revista Jus Navigandi**, Teresina, [ano 18, n. 3643, 22jun. 2013](#). Disponível em: . Acesso em: 9 maio 2016.

4.11. Aplicando-se tais conceitos à ação de capacitação ora em análise, verifica-se que o curso em tela, oferecido pela Capacity Treinamento e Aperfeiçoamento Ltda, CNPJ nº. 18.133.018/0001-27, possui objeto de natureza singular, considerando-se que sua realização depende, entre outros, diretamente do conhecimento, experiência e metodologia do instrutor altamente qualificado, designado pela Empresa: Antônio Jorge Leitão (6450908).

4.12. Na mesma toada, importante dizer que a contratação que envolve a hipótese descrita no inc. II do art. 25 da Lei nº 8.666/93 possui caráter tipicamente pessoal, ao contrário dos negócios derivados de licitação. Assim, a contratação de serviço singular exige escolha personalíssima, cujo fundamento repousa na notória especialização do contratado, especialização que resta comprovada nesses autos.

4.13. Cumpre que os fatores singularizadores de um dado serviço apresentem realce para a satisfação da necessidade administrativa, que as diferenças advindas da singularidade de cada qual repercutam de maneira a autorizar a presunção de que o serviço de um é mais indicado do que o serviço de outro.

4.14. Destarte que o objeto do referido curso se reveste de singularidade, visto o caráter minucioso e específico, demonstrado no conteúdo programático apresentado, o qual envolve diversos aspectos relacionados as atividades desenvolvidas por este órgão, o que possibilitará um resultado exitoso.

4.15. Ainda, no presente caso, a **singularidade dos serviços** prestados pela empresa consiste em seus conhecimentos individuais, estando ligada à sua capacitação profissional, sendo, dessa forma,

inviável escolher o melhor profissional, para prestar **serviço** dessa natureza, por meio de licitação, pois tal mensuração não se funda em critérios objetivos (como o menor preço).

4.16. O objeto a ser contratado é o único a atender a demanda administrativa no que tange aos padrões de desempenho, qualidade e compatibilidade almejados, consoante demonstrado nestes autos por meio de vasta documentação.

4.17. Diante da natureza singular dos **serviços** de oferecimento de curso para desenvolvimento de pessoal, fincados, principalmente, na relação de confiança, é lícito ao administrador, desde que movido pelo interesse público, utilizar da discricionariedade, que lhe foi conferida pela lei, para a escolha do melhor profissional. A especialização de serviços significa a capacitação para o exercício de uma atividade com habilidades que não estão disponíveis para qualquer profissional.

4.18. Desta forma, resta comprovada não apenas a singularidade do objeto, mas também a inviabilidade da competição, considerando-se que o alcance dos resultados depende exclusivamente das habilidades pessoais do profissional escolhido e da confiabilidade da empresa para a execução do objeto.

5. DO PÚBLICO-ALVO

5.1. Servidores lotados na Coordenação-Geral de Arquitetura e Engenharia da Subsecretaria de Administração.

6. DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

6.1. Apresentação dos Regimes Jurídicos e/ou Modalidades de licitação:

6.1.1. Lei Geral de Licitação: Lei 8.666/1993; -Lei do pregão: 10.520/2002;

6.1.2. Regime Diferenciado de Contratação (RDC): Lei 12.462/2011;

6.1.3. Lei das Estatais: Lei 13.303/2016.

6.2. Os quatro pilares para o sucesso no investimento

6.2.1. Projetos básicos e executivos;

6.2.2. Execução contratual (projetos e obras)

6.2.3. Utilização de técnicas de gestão de projetos.

6.3. Obra x Serviços de Engenharia:

6.3.1. Qual a distinção legal ente obra e serviço de engenharia?

6.3.2. Quais as distinções entre obra e serviço levantadas pela doutrina?

6.3.3. Há uma separação definida entre uma definição e outra?

6.3.4. O que a Orientação Técnica 02/2009 do IBRAOP diz sobre este assunto?

6.3.5. O que se entende por serviço comum de engenharia segundo o CONFEA (PL 2.467/12)? e segundo a doutrina?

6.3.6. Pode-se contratar projetos de arquitetura e engenharia pela modalidade pregão (lei 10.520/02)?

6.4. Regimes de Execução:

6.5. Quais são os regimes de execução previstos na lei 8.666/93?

6.6. Quais são os regimes de execução previstos na lei 12.462/11(RDC)?

6.7. Quais são os regimes de execução previstos na lei das estatais (13.303/16)?

6.8. Quais as diferenças entre regime de preço unitário e preço global?

6.9. Quais as diferenças entre regime de preço global e integral?

6.10. Como escolher adequadamente os regimes de execução?

6.11. Quais as novidades trazidas pelo Acórdão 1.977/13/TCU?

6.12. Em que o regime de execução implica nas medições e nos aditamentos contratuais?

6.13. SINAPI E OS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS:

- 6.13.1. O que é o SINAPI? Quando foi aplicado? Quais as mudanças ao longo do tempo?
- 6.13.2. O que são insumos representativos (C)? E coeficiente de representatividade (CR)? E preço com base em São Paulo (AS)?
- 6.13.3. Nas composições estão incluídos os tempos produtivos, improdutivos e ociosos? Greves, acidentes de trabalho, retrabalho e chuvas estão incluídas nas composições?
- 6.13.4. O que são equipes diretas e equipes de apoio? O que são composições principais e auxiliares?
- 6.13.5. Os custos de transporte (grua, elevador de carga), engenheiro de obra, encarregado, almoxarife e equipamentos de proteção coletiva estão incluídos nas composições principais de serviços?
- 6.13.6. O que são composições de transporte?
- 6.13.7. Quais são os status do SINAPI? Há composições sem preços de algum insumo no SINAPI? Há substituição de insumos que não há preços por insumos similares?
- 6.13.8. O que são relatórios de insumos e composições? Porque há a divisão até junho/14 e após junho/14?
- 6.13.9. O que é critério de aceitabilidade de preços unitário e global? Qual o dispositivo legal que rege este tópico?
- 6.13.10. Quais ditames do Decreto n. 7.983/13 deve ser considerado para os critérios de aceitabilidade de preços unitários e global?
- 6.13.11. Qual a ordem de prioridades para as fontes de preços, ou sistema de preços?
- 6.13.12. Qual o impacto da lei da desoneração da folha de pagamentos (lei n. 12.844/13 e Lei n. 13.161/15) nos preços de projetos e obras?
- 6.13.13. Quais os principais Acórdãos e Súmulas do TCU no que tange à projetos e obras públicas?
- 6.14. **Estudos preliminares, anteprojeto, projeto básico e executivo:**
- 6.14.1. O que é planejamento de obras e como planejar?
- 6.14.2. O que se considera no planejamento de obras?
- 6.14.3. Quais as etapas do planejamento de obras?
- 6.14.4. Quais os tipos de cronograma para um planejamento eficiente?
- 6.14.4.1. Como se estrutura o cronograma inicial para elaboração dos projetos básicos e executivos;
- 6.14.5. O que é prazo ótimo e EAP?
- 6.14.6. Como estruturar o edital para as etapas de estudos preliminares, anteprojeto, projetos - básico e executivo?
- 6.14.7. Quais os níveis de detalhes dessas etapas?
- 6.14.8. Como estruturar uma planilha de preços para elaboração de projetos?
- 6.14.9. Quais as metodologias de orçamentação empregadas pela doutrina para contratação de projetos?
- 6.14.10. No edital para contratação de projetos e obras, quais licenças ambientais serão exigidas?
- 6.14.11. Quais as particularidades do edital para propostas de preços para ME e EPP?
- 6.14.12. Modelo de planilha orçamentária para contratação de projetos;
- 6.15. **Análise, fiscalização e controle de planilha de preços:**
- 6.15.1. Quais as diferenças entre o orçamento sintético, expedito e paramétrico?
- 6.15.2. O que se entende por orçamento analítico?
- 6.15.3. Quais os limites toleráveis para precisão nos orçamentos segundo o IBRAOP (OT 04/120IBRAOP) e organismos internacionais?
- 6.15.4. Quais as despesas que compõem administração central em orçamento?

- 6.15.5. Qual a diferença entre administração central e administração local?
- 6.15.6. Quais as despesas ou itens de serviço que compõem a administração local?
- 6.15.7. Qual o limite de gasto com administração local em relação ao preço total da obra segundo o Acórdão 2.622/13/TCU?
- 6.15.8. Os gastos com administração local pode ser apropriados no BDI? há exceções?
- 6.15.9. Deve-se incluir os encargos complementares (vale transporte, café da manhã, vale almoço, EPI e ferramentas) na administração local da obra? estes custos já estão inclusos nos custos SINAPI?
- 6.15.10. Quais os itens de serviços que compõem os custos de mobilização e desmobilização?
- 6.15.11. Quais os itens de serviços que compõem os custos de operação do canteiro de obras?
- 6.15.12. Qual a diferença entre "custo" e "preço"?
- 6.15.13. Qual a diferença ente custos diretos e indiretos?
- 6.15.14. A composição de custos unitários (CCU), composição dos encargos sociais e composição do BDI devem fazer parte dos anexos do edital?
- 6.16. **BDI:**
- 6.16.1. Quais os componentes da taxa do BDI? - como se calcula a taxa de BDI?
- 6.16.2. O IRPJ e a CSLLdevem compor o BDI do orçamento base da licitação? e os orçamentos das propostas dos licitantes devem conter estes tributos?
- 6.16.3. Como se precaver contra a inclusão de parcelas referentes a tributos em desacordo com os percentuais disciplinados nas respectivas legislações?
- 6.16.4. Como se precaver contra a duplicidade de contagem de gastos, que às vezes são contados na planilha de custos e também na composição do BDI?
- 6.16.5. Como se precaver contra a inclusão de despesas na composição do BDI que deveriam estar explicitadas na planilha de custos?
- 6.16.6. Pode haver a inclusão de uma única taxa de BDI em todos os itens constantes do orçamento? - qual a diferença entre BDI referencial e BDI diferenciado?
- 6.16.7. Quais as premissas a serem adotadas para inclusão do BDI diferenciado no orçamento?
- 6.16.8. Pode se adotar BDI máximo na licitação? e fixar BDI para os licitantes?
- 6.17. **Sobre preço e superfaturamento:**
- 6.17.1. Qual a diferença conceitual entre sobrepreço e superfaturamento?
- 6.17.2. Quais as espécies de superfaturamento? - quais as metodologias utilizadas pelo TCU para o cálculo do superfaturamento?
- 6.17.3. Como o superfaturamento é tratado na Orientação Técnica n 05/12 do IBRAOP?
- 6.17.4. Há limites aceitáveis para o superfaturamento pelo TCU?
- 6.17.5. Há análise de superfaturamento isolada de um ou alguns itens do orçamento? ou só há superfaturamento com análise global do preço em relação ao preço de mercado?
- 6.17.6. BDI sobre avaliado caracteriza superfaturamento?
- 6.17.7. Qual defesa está prevista no Acórdão 2.622/13/TCU nos aditivos contratuais com BDI sobre avaliado?
- 6.17.8. O que caracteriza o “jogo de planilha”?
- 6.17.9. Quais os métodos utilizados para combater o superfaturamento por “jogo de planilha”?
- 6.17.10. Exercícios para combater o "jogo de planilha".
- 6.17.11. O que caracteriza o “jogo de cronograma”?
- 6.17.12. Quais os métodos utilizados para combater o superfaturamento por “jogo de cronograma”?

- 6.17.13. Exercícios para combater o "jogo de cronograma";
- 6.18. **Controles a serem realizados na fase de execução das obras**
- 6.18.1. Pode haver pagamento antecipado em medições de serviços? há exceções?
- 6.18.2. Pode haver pagamento de material posto em obra?
- 6.18.3. Quais as diferenças entre reajustamento, repactuação, recomposição da equação econômico-financeira e compensação financeira?
- 6.18.4. Quais os termos iniciais previstos na legislação para contagem do interregno para efetivar o reajustamento de preços?
- 6.18.5. Quais os critérios para definição dos índices de reajustamento de preços?
- 6.18.6. Quais cuidados devem ser adotados no cálculo do reajustamento quando se aplica a data do orçamento ou a data limite para apresentação das propostas?
- 6.18.7. Quais as consequências quanto ao pagamento de serviços não previstos contratualmente (química)?
- 6.18.8. Quais os limites legais para aditamentos contratuais conforme a lei 8.666/93 e jurisprudência do TCU?
- 6.18.9. Qual a base de cálculo para aplicação dos limites percentuais de aditamento?
- 6.18.10. Quando há supressão de serviços por acordo entre as partes há nova base de cálculo para limites de aditamento contratual?
- 6.18.11. Quando o objeto compreende obras de reforma e obras de construção, qual o limite de aditamento deve ser considerado?
- 6.18.12. Os limites de aditamento compreende as alterações quantitativas e qualitativas?
- 6.18.13. A lei 8.666/93 estabelece exceção quanto à extrapolação dos limites superiores para aditamento contratual? e a jurisprudência do TCU avançou sobre este tema?
- 6.18.14. Quais as diferenças em aditamentos contratuais nos regimes de preço unitário e preço global?
- 6.18.15. Pode-se aditar os contratos de obras por erros e omissões nos projetos básicos? caso positivo até que limite? há diferença de critérios nos regimes de preço global e unitário?
- 6.18.16. Quais as formalidades para elaboração das medições de serviços em obras?
- 6.18.17. Quais as diferenças para elaboração das medições de serviços nos regimes de preço global e preço unitário e adotado nos mais recentes acordos?

7. DA CARACTERIZAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE

7.1. A contratação direta do treinamento e aperfeiçoamento de pessoal fundamenta-se no disposto no artigo 25, inciso II da Lei 8666/93.

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:
(...)

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação.

7.2. Nesse sentido, a Orientação Normativa nº 18, de 1º de abril de 2009, do Advogado-Geral da União:

Contrata-se por inexigibilidade de licitação com fundamento no art. 25, inc. II, da Lei nº 8.666/93, conferencistas para ministrar cursos para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, ou a inscrição em cursos abertos, desde que caracterizada a singularidade do objeto e verificado tratar-se de notório especialista.

7.3. Da fundamentação da referida ON, extrai-se o seguinte trecho:

Determina a Lei nº 8.666, de 1993, que é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13

do mesmo diploma legal, dentre os quais se observa o treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, desde que configurada a natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação. Ainda, define como sendo de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Com relação à contratação direta com fundamento no art. 25, inc. II, da Lei de Licitações, leciona Marçal Justen Filho que é necessária a presença cumulativa dos três requisitos: serviço técnico profissional especializado, existência de um objeto singular e sujeito titular de notória especialização.

Jorge Ulisses Jacoby Fernandes ressalta que a singularidade é do objeto e não a do profissional, e que deve estar conjugada necessariamente com a notória especialização do contratado.

Lucas Rocha Furtado acrescenta que os parâmetros postos no § 1º do art. 25, da Lei nº 8.666, de 1993, apesar de serem razoavelmente objetivos, ainda reservam certo grau de discricionariedade para a definição da notória especialidade. Salienta “que em determinado setor de atividade, pode haver mais de uma empresa com ampla experiência na prestação de serviço singular, e pode, não obstante, ocorrer que em circunstâncias dadas, somente uma dentre elas tenha notória especialidade”.

Especificamente sobre a contratação de “treinamento e aperfeiçoamento de pessoal”, previsto no inc. VI do art. 13 da Lei nº 8.666, de 1993, certamente são válidos os mesmos requisitos acima indicados sendo também pertinentes as definições e o contorno desta contratação postos nas Decisões 535/1996 e 439/1998, ambas do Plenário do Tribunal de Contas da União.

(..)

Quanto ao conceito de notória especialização, restou consignado naquela decisão que o contido no § 1º do art. 25 da Lei 8.666, de 1993, está relacionado com as atividades do profissional, que permitam inferir que o seu trabalho é essencial, não sendo necessário que se apresente como o único prestador do serviço pretendido.

(...)

De qualquer forma, passados dez anos daquela orientação, considerando que a inexigibilidade é exceção à regra geral do princípio licitatório, oportuno que a Advocacia-Geral da União firme seu posicionamento no sentido de que sejam licitados tais cursos padronizados/comuns ou, existindo em algum caso concreto determinado traço distintivo, seja devidamente justificado pela Administração.

7.4. Vê-se, então, que a presente contratação envolve situação semelhante a de uma contratação de conferencista e que, sobretudo, o evento em questão não é padronizado, comum ou básico. Pelo contrário, trata-se de evento bastante específico, com a presença de profissional renomado nesta área de conhecimento (6450908). Nesse sentido, Joel de Menezes Niebuhr, na obra "Dispensa e Inexigibilidade de Licitação Pública" (Ed. Dialética, 2003, pág.s 190/192):

O primeiro pressuposto pode ser denominado de objetivo, residente na natureza singular do serviço a ser contratado. Não é qualquer serviço que enseja inexigibilidade, uma vez que aqueles rotineiros, prestados com o mesmo padrão por número razoável de pessoas, não requerem a contratação de especialista.

(...)

O pressuposto objetivo demanda que o serviço a ser contratado por meio da inexigibilidade requeira os préstimos de especialista, a ponto de recusar critérios objetivos de julgamento. A existência de critérios objetivos para comparar os especialistas requisitados impõe a obrigatoriedade de licitação pública. O ponto nodal encontra-se na objetividade ou subjetividade dos critérios de julgamento. A inexigibilidade ocorre somente nas hipóteses em que o serviço pretendido pela Administração Pública é apreciado por critério subjetivo, isto é, em que a comparação entre os profissionais habilitados a prestá-lo é condicionada à apreciação subjetiva.

(...)

O segundo pressuposto é de ordem subjetiva, pertinente às qualidades do profissional a ser contratado, que deve demonstrar experiência, estudos aprofundados, trabalhos científicos, publicações, cursos de pós-graduação etc. É que os critérios objetivos somente falecem diante de profissionais cuja experiência os singulariza, **uma vez que já não é possível cotejá-los com a equidade que se requer em licitação pública**. Portanto, o pressuposto subjetivo exige que o profissional a ser contratado apresente realmente experiência bastante para singularizá-lo.

A propósito do pressuposto subjetivo, o inciso II o artigo 25 da Lei nº 8.666/93 prescreve a inexigibilidade para contratação dos serviços técnicos, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização. O texto é claro ao exigir que o contratado seja reputado notório especialista.

7.5. Ou seja, tratando-se de um serviço técnico especializado, a escolha do fornecedor desse objeto singular envolve uma análise criteriosa que leva em consideração tanto aspectos objetivos como subjetivos, que se correlacionam, inviabilizando o cotejamento entre propostas no âmbito dos processos formais de licitação.

7.6. É valiosa a lição de Celso Antônio Bandeira de Mello quando trata de objetos licitáveis:

São licitáveis unicamente objetos que possam ser fornecidos por mais de uma pessoa, uma vez que a licitação supõe disputa, concorrência, ao menos potencial, entre ofertantes (...). Só se licitam bens homogêneos, intercambiáveis, equivalentes. Não se licitam coisas desiguais. Cumpre que sejam confrontáveis as características do que se pretende e que quaisquer dos objetos em certame possam atender ao que a Administração almeja.

7.7. Em relação especificamente aos aspectos subjetivos, convém transcrever parte do voto da Decisão 439/1998 do Plenário do TCU, em que se reproduz ensinamento de Ivan Barbosa Rigolin:

A metodologia empregada, o sistema pedagógico, o material e os recursos didáticos, os diferentes instrutores, o enfoque das matérias, a preocupação ideológica, assim como todas as demais questões fundamentais, relacionadas com a prestação final do serviço e com os seus resultados que são o que afinal importa obter, nada disso pode ser predeterminado ou adrede escolhido pela Administração contratante. Aí reside a marca inconfundível do autor dos serviços de natureza singular, que não executa projeto prévio e conhecido de todos, mas desenvolve técnica apenas sua, que pode inclusive variar a cada novo trabalho, aperfeiçoando-se continuamente.

Por todas essas razões entendeu a lei de licitações de classificar na categoria de serviço técnico profissional especializado, o trabalho de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal da Administração, por particulares (pessoas físicas ou jurídicas); sendo de natureza singular o serviço, será fatalmente diferente um treinamento de outro, ainda que sobre os mesmos temas, quando ministrado por particulares diversos. E, desse modo, sendo desiguais os produtos que os variados profissionais oferecem, torna-se inexigível a licitação por imperativo lógico que consta do art. 23, inciso II, do Decreto-Lei nº 2.300/86. (“Treinamento de Pessoal - Natureza da Contratação” in Boletim de Direito Administrativo - Março de 1993, págs. 176/79).

7.8. Considerando ainda, o Parecer nº 0699/2012/LC/CJU-SP-CGU/AGU:

A singularidade do objeto é o elemento que acarreta a inviabilidade de competição: por não haver plena padronização do serviço, não se dispõe de parâmetros objetivos para avaliar e escolher a melhor proposta, caso se realize procedimento licitatório. Cada prestador ofertará serviço peculiar, com características próprias, e compará-los objetivamente se torna inviável. Ou seja, singularidade não se confunde com exclusividade. Significa, em verdade, que “os serviços singulares não podem ser reduzidos a um padrão objetivo de julgamento; se isso fosse possível, eles deixariam de ser singulares.

7.9. E nesse caso, a singularidade não advém só da especificidade, mas também da experiência do palestrante. Esse aspecto é preponderantemente subjetivo, inviabilizando não só a especificação, como a própria licitação. Não basta que o licitante diga que o evento é feito desta ou daquela forma, de acordo com o que exige o edital, mas sim que ele efetivamente preste o serviço da forma pretendida, o que é praticamente impossível de se verificar no decorrer de um procedimento licitatório, a não ser pela formação de uma banca examinadora (que precisaria ser contratada por inexigibilidade, diga-se de passagem), o que, evidentemente, tornaria a contratação de cursos um trabalho hercúleo, impossível de ser levado a cabo pelos órgãos públicos.

7.10. Por outro lado, um procedimento menos rigoroso traria um enorme risco de frustração, pois diferentemente de outros objetos, em que se pode devolver o bem ou não aceitar os serviços, nesses casos a insatisfatória prestação é difícil de ser caracterizada e há todo um gasto adicional na participação do servidor no curso, para só então verificar que ele não atende aos objetivos almejados. Seria um enorme desperdício de tempo, dinheiro e da oportunidade de se contratar conjuntamente.

7.11. Isso não significa, contudo, que a escolha possa ser arbitrária, desprovida de critérios objetivos ou aleatória. Deve ela seguir um procedimento que garanta a aplicação dos princípios da impessoalidade e da eficiência, demonstrando-se que a decisão tomada é a que melhor atende ao interesse público específico, pagando-se um preço adequado.

8. DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

8.1. A **Capacity Treinamento e Aperfeiçoamento Ltda, CNPJ nº. 18.133.018/0001-27**, possui vasta experiência na realização de grandes eventos e congressos, cursos e treinamentos promovidos para a atualização e aperfeiçoamento de servidores públicos responsáveis por melhorar e qualificar as atividades licitatórias e de gestão de contratos, desenvolvidas pela Administração Pública (6450902).

8.2. Os professores que atuam nos eventos são especialistas na matéria, aliando a teoria à prática, apresentando aos participantes os entendimentos atuais da doutrina, da jurisprudência e dos Tribunais de Contas (6450908).

8.3. No caso específico dos curso em questão, o conteúdo a ser tratado atende amplamente o interesse da Administração, como se vê do detalhamento do programa (6279176). Além disso, talvez por conta de muitos anos de contato com a Administração Pública, os expositores da Capacity Treinamento e Aperfeiçoamento acabaram por aproximar seus pontos de vista daqueles utilizados pela Administração, culminando não só por preocuparem-se com a lisura e eficiência das contratações públicas, mas também por transmitirem esse ideal. Esse é justamente um dos objetivos buscados nas capacitações – motivar os servidores não por meio de um conteúdo motivacional, mas por meio do próprio conteúdo apreendido, com vistas a implementá-lo na prática cotidiana.

9. DA JUSTIFICATIVA DE PREÇO

9.1. O custo total da contratação de 3 (três) vaga nos curso abaixo será de R\$ 7.995,00 (sete mil novecentos e noventa e cinco reais), conforme especificado abaixo:

9.2. Cumpre registrar que a **Capacity Treinamento e Aperfeiçoamento Ltda, CNPJ nº. 18.133.018/0001-27**, praticou os seguintes preços em contratações recentes na modalidade turma aberta:

Empenho do Tribunal de Contas Municipal - GO referente a 02 (duas) inscrições no curso "Previdência dos servidores Públicos" - Carga horária: 16h - Valor individual: R\$ 2.690,00 - Valor total: R\$ 5.380,00 (6450888).	Empenho da Procuradoria da República referente a 01 (uma) inscrição no curso "Gestão Patrimonial - Instrumentos para a Gerência de Material e Almoxarifado - Desfazimento de Bens Móveis" - Carga horária: 16h - " - Valor total: R\$ 2.790,00 (6450888).	Empenho do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins referente a 02 (duas) inscrição no curso "Previdência dos Servidores Públicos" Carga horária: 16h - Valor individual: R\$ 2.690,00 - Valor total: R\$ 5.380,00 (6450888).
---	---	---

9.3. Vê-se, portanto, que não só o preço é adequado, como esta sistemática de contratação é extremamente vantajosa para a Administração, considerando não só os valores envolvidos, mas principalmente a criação da oportunidade de capacitação, que em muito melhorará a seleção e gestão dos processos de licitação do Ministério da Justiça, sendo este o principal benefício decorrente do projeto, se exitoso.

DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

9.4. Tendo em vista que os serviços a serem contratados estão enquadrados no inciso II do art. 25, da Lei nº 8.666/93 e haja vista o disposto no art. 62, do mesmo diploma legal, o empenho de despesa terá força de contrato.

10. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

10.1. São obrigações da CONTRATADA:

- I - Ministras as matérias constantes do programa do evento, atendendo à carga horária prevista na proposta;
- II - Fornecer, ao término do evento, certificado aos servidores participantes;
- III - Disponibilizar todo o material pedagógico necessário à participação dos servidores no curso;
- IV - Manter a qualidade pedagógica dos serviços prestados;
- V - Cumprir os prazos estabelecidos para conclusão do conteúdo programático;
- VI - Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução dos serviços sem prévia anuência deste Ministério;
- VII- Manter, durante toda, a execução dos serviços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- VIII - A empresa estará sujeita às normas do Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 1990;
- IX - Emitir Nota Fiscal/Fatura para pagamento dos valores devidos.

10.2. São obrigações do MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:

- I - Prestar as informações e esclarecimentos atinentes ao objeto deste Projeto Básico, que venham a ser solicitadas pela empresa prestadora dos serviços;
- II - Acompanhar, fiscalizar e supervisionar a prestação dos serviços;
- III - Efetuar o pagamento da Nota Fiscal/Fatura da empresa prestadora dos serviços, na forma do estipulado neste Projeto Básico;
- IV - Fornecer todas as informações necessárias à identificação dos servidores participantes.

11. DAS SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 11.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 11.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 11.1.3. Fraudar na execução do contrato;
- 11.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
- 11.1.5. Cometer fraude fiscal;
- 11.1.6. Não manter a proposta.

11.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 11.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 11.2.2. Multa moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a 2% (dois por cento) sobre o valor do Contrato;
- 11.2.3. Multa compensatória de até 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 11.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 11.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 11.2.6. Impedimento de licitar e contratar com a União com o conseqüente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

11.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

11.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:

11.3.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.3.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

11.3.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

11.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

11.7. A omissão do dever, sem justificativa, por parte da contratada, poderá ensejar a aplicação de sanções, conforme previsão do art. 82 da Lei 8.666/1993, bem como representação por parte do Tribunal de Contas da União, com fulcro no art. 71, inciso XI, da Constituição Federal c/c o art. 1º, inciso VIII, da Lei 8.443/1992.

12. ENCAMINHAMENTOS

12.1. Tendo em vista que os serviços a serem contratados estão enquadrados no inciso II do art. 25, da Lei nº 8.666/93 e haja vista o disposto no art. 62, do mesmo diploma legal, o empenho de despesa terá força de contrato.

ALINE CARNEIRO DE AGUIAR

Analista Técnico Administrativo

LUCAS CHAVES FERNANDES

Chefe da Divisão de Capacitação, Desenvolvimento e Educação

WESLEY DA SILVA RODRIGUES

Coordenador de Desenvolvimento Humano-Organizacional

APROVO o presente Projeto Básico, no intuito de dar prosseguimento ao procedimento de contratação de curso de capacitação para 03 (três) servidores do Ministério da Justiça, denominado "A Jurisprudência do TCU em Temas Polêmicos em Contratos de Obras Públicas: Do Planejamento à Execução", nos termos do art. 2º, inciso III da Portaria SPOA nº 65 de 04/06/2014, e **AUTORIZO** a contratação, em conformidade com o Decreto nº 7.689, de 02 de março de 2012 e a Portaria GM nº 493 de 16/03/2012.

JOSÉ DE ALBUQUERQUE NOGUEIRA FILHO

Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas

Documento assinado eletronicamente por **JOSE DE ALBUQUERQUE NOGUEIRA FILHO**,
Coordenador(a)-Geral de Gestão de Pessoas, em 12/06/2018, às 12:31, conforme o § 1º do art. 6º e



art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **ALINE CARNEIRO DE AGUIAR, Analista Técnico Administrativo (ATA)**, em 12/06/2018, às 14:31, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **LUCAS CHAVES FERNANDES, Chefe da Divisão de Capacitação, Desenvolvimento e Educação**, em 12/06/2018, às 14:35, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **WESLEY DA SILVA RODRIGUES, Coordenador(a) de Desenvolvimento Humano-Organizacional**, em 12/06/2018, às 14:38, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **6450983** e o código CRC **4A5A8B1E**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/aceso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.